Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Setor financeiro é maior pagador de impostos, diz estudo 3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Cooperação contra o crime avança, mas terá teste em 2026 5

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Governo federal cria 4,1 mil cargos comissionados, que batem recorde 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL
Mendonça suspende homologação de acordo sobre ressarcimentos 10

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL
Novo salário mínimo: veja o que muda nos benefícios a partir de 1º de janeiro 11

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Falta decisão do governo, diz relator da Reforma Administrativa 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SERVIDOR PÚBLICO
Brasil gasta mais que países da OCDE, mas gestão é pior, diz estudo 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA
Congresso entra em semana decisiva de votações após escalada de crise institucional 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
A punição ao devedor contumaz (Editorial) 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Governo e bancos apertam cerco a golpes digitais 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Maioria dos analistas projeta corte da taxa básica de juros só a partir de março 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Fazenda vê espaço para redução "expressiva" dos juros 24

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Pobreza cai, mas romper a cadeia requer igualar oportunidades 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA
Copom colhe frutos após manter comunicação dura 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Será que o uso industrial fez o metal se tornar o novo ouro? 32

Setor financeiro é maior pagador de impostos, diz estudo

Álvaro Campos

Em meio ao embate entre bancos tradicionais e fintechs, que tentam evitar um aumento de carga tributária para o seu segmento, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras (Fin) divulgou um amplo estudo sobre a participação do setor financeiro na economia. A entidade, que agrega desde a Federação Brasileira de Bancos (Febraban) até a Zetta (que representa fintechs como Nubank e Mercado Pago), afirma que a atividade financeira é a maior pagadora de **impostos** desde pelo menos 2011, quando começa a série histórica.

Usando dados do IBGE e da **Receita Federal**, o estudo aponta que, de 86 atividades, a financeira é a que paga mais **tributos** federais. O volume de **impostos** é, inclusive, muito superior ao que é adicionado pela atividade financeira ao **PIB** brasileiro. Enquanto o setor tem uma fatia de 4,8% na economia (considerando apenas participação direta), responde por uma proporção de pagamento de **impostos** federais cerca de dez pontos percentuais acima disso.

"A atividade financeira recolhe uma proporção de **impostos** federais muito superior à requerida das demais, em um país no qual a carga tributária já é muito mais elevada do que a de seus pares. A combinação desses elementos coloca um desafio substancial ao crescimento da atividade e, consequentemente, ao desenvolvimento do país", diz o estudo, liderado pelo gerente de assuntos estratégicos da presidência da Fin, Vinícius Botelho.

Na comparação internacional, o estudo aponta que a carga tributária sobre o setor financeiro no Brasil é superior à observada em 75% das demais economias. "Países com carga tributária entre 30% e 40% tipicamente têm uma renda per capita igual a pelo menos o dobro da observada no Brasil, e são tipicamente membros da OCDE." No caso brasileiro, considerando o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a alíquota nominal total pode chegar a 45%. "É um setor muito formalizado e a carga de **impostos** federais acaba sendo muito alta", afirma Botelho.

Utilizando bases de dados oficiais, o estudo também busca ressaltar a importância do setor financeiro para a economia brasileira. O autor lembra que a literatura acadêmica indica que o desenvolvimento dos mercados financeiros é um importante propulsor do crescimento econômico, por meio da identificação e do direcionamento de recursos para projetos de elevado retorno, que se traduzem em investimento e consumo.

Em uma escala que vai de zero a um, o levantamento mostra que o setor financeiro tem uma correlação de 0,6 com o consumo das famílias, a maior entre todas as categorias de atividade econômica. Isso significa que o setor financeiro é o melhor preditivo para como vai se comportar o consumo um ano à frente. No caso da formação bruta de capital fixo (FBCF), que mede os investimentos das empresas, essa correlação é de 0,5. "Os números comprovam que o setor financeiro é um canal extremamente importante de transmissão da política monetária", explica o representante da Fin.

O trabalho também aponta que o crédito para o setor privado no Brasil equivale a 93,5% do **PIB**, bem abaixo da mediana dos países analisados, que é de 139%. Isso mostra que existe um potencial muito grande de crescimento da indústria financeira. Ainda assim, o setor vem crescendo mais do que a média da economia brasileira nos últimos anos, o que significa que vem ganhando ainda mais importância para o **PIB**. Além disso, o segmento financeiro brasileiro cresce mais do que o observado nos demais países. Entre 2019 e 2024, essa expansão (como proporção do **PIB**) foi de 16,5 pontos percentuais no país, enquanto a mediana global ficou negativa em 5,7 pontos.

"O crescimento reflete avanços recentes tanto no mercado de crédito bancário como no mercado de crédito não bancário e indica que, apesar de todos os desafios para a expansão da atividade, ela tem tido um desempenho superior ao observado na maioria dos países, reforçando a solidez do mercado financeiro doméstico", afirma Botelho.

Apesar de focar no impacto direto da indústria financeira no **PIB**, o estudo também traz alguns indicativos que reforçam a importância dos impactos indiretos. O principal item de consumo do setor, por exemplo, é "desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação", com uma fatia de 8,22% do que é "comprado" pela indústria. "A atividade financeira é uma grande consumidora de tecnologia, gerando uma demanda importante para o ecossistema de inovação", destaca o autor.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Cooperação contra o crime avança, mas terá teste em 2026

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

O auditório do Ministério Público de São Paulo recebeu no fim de novembro dez servidores federais, estaduais e municipais que vinham trabalhando lado a lado contra o que classificaram como esquema criminoso bilionário.

O fato de todos estarem ali, juntos, respondendo a perguntas dos jornalistas, passava uma mensagem positiva. Apesar de representarem instituições que estão em órbitas de grupos políticos adversários - o do governo do presidente Lula e do governador Tarcísio de Freitas -, servidores de órgãos de controle e de segurança pública trabalhavam em cooperação.

Eram integrantes da **Receita Federal** e da Fazenda estadual; promotores públicos de São Paulo e da Procuradoria da Fazenda Nacional, além de representantes de outros órgãos, que naquele dia tinham deflagrado a Operação Poço de Lobato. O alvo era o grupo Refit, do setor de combustíveis.

A fórmula de cooperação já tinha mostrado resultados meses antes, em outra operação de grande repercussão. Em agosto, a Carbono Oculto havia desmontado um esquema ilegal, também no setor de combustíveis, que envolvia PCC e empresas da Faria Lima. Na Carbono Oculto, autoridades bloquearam R$ 7,6 bilhões; na Poço de Lobato, R$ 8,9 bilhões.

Embora unir esforços seja uma das formas mais eficazes de combate à criminalidade, a cooperação entre forças de segurança e esferas de governo, nesses casos, ainda é cercada de desafios.

Para discutir esse e outros temas pertinentes à segurança pública, o Valor começa nesta segunda-feira (15) uma série de reportagens. Serão abordados vários ângulos da questão, como quais medidas reduzem indicadores de violência, necessidade de mudanças na legislação, impacto do crime sobre os negócios e as populações.

A questão ganha ainda mais relevância porque estará presente nas campanhas eleitorais do ano que vem. A série vai discutir, entre outros temas, quais devem ser as prioridades dos órgãos de segurança e como tornar o país mais seguro nos próximos anos.

Com mais de 35 mil homicídios registrados no ano passado, também mais de 35 mil estupros e quase 130 mil veículos roubados, segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Brasil assistiu a uma redução de registros de alguns crimes ao longo de anos, mas ainda patina em números assustadores de ocorrências. Entre as que mais estarrecem, estão as que têm as mulheres como vítimas.

Em 2024, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 3.700 mulheres foram vítimas de homicídio, sendo que dessas, 1.492 foram mortas por serem mulheres - crime enquadrado na Lei do Feminicídio. Algo como quatro feminicídios ocorreram no país por dia.

Segundo pesquisa deste ano, feita também pelo FBSP, 40,7% das mulheres já foram vítimas de violência ou agressão ao longo da vida. Com uma crueldade adicional: 32,4% dos casos de violência física e sexual contra mulheres no Brasil têm como agressor o parceiro íntimo da vítima, ou um ex-parceiro. Estimativa da Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta para uma média de 27% da prevalência dos parceiros como agressores.

Policiais, promotores, secretários de segurança e acadêmicos costumam dizer que não existe bala de prata contra o crime. Não há solução única contra homicídios e feminicídios. Isso também é verdade no caso de roubos e furtos de carros ou de celulares. E ainda mais contra o avanço do crime organizado e sua capacidade de articulação e de movimentação de grandes somas de dinheiro no Brasil e no exterior. Mas há hoje algumas certezas.

"Já há consensos em termos de quais são os caminhos. E a maioria das pessoas, a maioria das forças, dos governos trabalha com a lógica da importância da descapitalização, especialmente das facções", disse ao Valor Mario Sarrubbo, secretário nacional de Segurança Pública, uma das diretorias do Ministério da Justiça.

"Isso é praticamente um consenso, não há quem seja contrário a isso. E a maioria já entende a importância das ações integradas, não há mais como se fazer esse enfrentamento de forma isolada nos Estados. É preciso integração. Então, sejam Estados aliados ao

governo, sejam de oposição, essa questão da integração é uma unanimidade hoje em todo o sistema", disse Sarrubbo.

O problema é que, na prática, a cooperação entre órgãos ainda tropeça em disputas internas, vaidades, desconfianças e regras não muito claras. Em 2026, é preciso fazer com que as eleições para presidente e governadores não impeçam essa cooperação.

Com a possibilidade de o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tentar um novo mandato e governadores, como Tarcísio de Freitas, de São Paulo, tentando viabilizar candidaturas à Presidência da República, não é de se esperar que integrantes de órgãos da União e dos Estados atuem lado a lado em operações contra o crime que tenham grande repercussão.

"Cooperação entre governos e governo federal já é difícil. A Carbono Oculto, por exemplo, deu certo porque houve uma confluência de atores de diversos órgãos que estão no dia a dia do combate ao crime organizado e que se articularam", diz Rafael Alcadipani, professor titular da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EAESP) e associado ao FBSP. Ele vem estudando há anos o trabalho das polícias e tem experiência como palestrante para policiais no Chile e Reino Unido.

No Brasil, ele lembra que uma experiência bem institucionalizada de cooperação é a Força Integrada

de Combate ao Crime Organizado (Ficco), criada pelo Ministério da Justiça e que une policiais federais e estaduais.

"Mas é preciso de muito mais do que já se tem hoje, e em ano eleitoral isso fica muito difícil, principalmente porque nos principais Estados, onde há uma preocupação maior com segurança pública, os governos e o governo federal são antagonistas politicamente. Isso cria muito mais dificuldade de cooperação."

Em um documento divulgado na semana passada com diretrizes para 2026, a executiva nacional do PT antecipa o tom que deverá se ver na campanha: "Além do alinhamento global, setores da direita brasileira, especialmente governadores, vêm atuando para sabotar políticas do governo Lula, criando obstáculos à ação federativa em áreas estratégicas como segurança pública, infraestrutura, educação e políticas sociais."

Partidos da oposição fazem críticas ao governo. Afirmam que falta ao governo Lula uma linha mais dura contra o crime e que propostas em estudo dão mais poder à Polícia Federal e menos autonomia aos Estados. Mas não se trata apenas de diferenças políticas.

Diretor da Diretoria de Operações Integradas e de Inteligência (Diopi), uma das seis diretorias do Ministério da Justiça e Segurança Pública, Rodney da Silva diz que há 40 anos vê esse clima de certa rivalidade em diversos órgãos - ou dentro dos mesmos órgãos.

"Isso se dá seja na Polícia Militar, com um major, por exemplo, que quer ser promovido a coronel e quer colher os louros e os resultados de uma operação e ele não compartilha as informações. Na Polícia Civil a mesma coisa. A desconfiança operacional vai existir em qualquer ambiente", diz Silva, que integrou a Polícia Militar e depois fez carreira no Ministério Público até assumir a Diopi.

Na visão de alguns, o fato de o Brasil ter mais de 80 forças de segurança - Polícia Federal, polí

cias rodoviárias, polícias militares, civis, entre outras instituições - não contribui para uma rotina de mais cooperação e compartilhamento de informações.

O regramento legal tampouco ajuda, diz o promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, Fábio Bechara, veterano em ações de combate ao crime organizado.

"As competências são espalhadas e essa difusão de competências na Constituição cria um ambiente de muita ambiguidade que acaba estimulando a concorrência, a rivalidade e a dúvida entre as instituições", disse. Mesmo na Carbono Oculto e na Poço de Lobato, houve críticas e discordâncias entre agentes.

Cooperação entre órgãos implica não apenas que seus integrantes vão juntos para a rua quando as operações são deflagradas. Cooperação implica compartilhamento daquilo que é ouro em qualquer operação: material de inteligência.

O trabalho de inteligência na área de segurança é diferente do trabalho de investigação. O primeiro reúne, analisa, processa uma série de informações e dados para gerar conhecimento capaz de frustrar planos de ações criminosas. Já o trabalho de investigação se dedica a desvendar fatos que já aconteceram.

Em 28 de outubro, o Rio parou quando 2,5 mil policiais entraram em dois complexos de favelas com a missão de cumprir mandados de prisão contra líderes e "funcionários" da facção Comando Vermelho. A

operação deixou 122 mortes, entre eles cinco policiais, e recebeu críticas porque não conseguiu - apesar do número de mortes - prender alvos importantes, muito menos golpear de morte a estrutura de comando do CV.

A ação foi descrita como pouco eficiente - apesar de o governo do Estado dizer o contrário - e como um contra-exemplo para operações que miram o crime organizado.

Everson Contelli, especialista em inteligência policial, atualmente delegado seccional da Polícia Civil paulista em São José do Rio Preto e coordenador da Unidade de Inteligência Policial da região, diz que o trabalho de inteligência permite sempre mais precisão nas ações.

"É matemática. Mais inteligência, menos embates", diz. "De uma forma geral, é possível demonstrar que com mais inteligência consegue-se minimizar o número de mortes durante operações."

A polícia fluminense disse na época que foi exatamente o trabalho de inteligência que levou à identificação dos criminosos e que permitiu a elaboração do inquérito e da obtenção dos mandados de prisão. E que diante do acerto do trabalho dos setores de inteligência, criminosos reagiram de forma mais dura. A operação do Rio foi realizada sem a colaboração de órgãos federais.

Veterano da área de segurança pública, o coronel reformado da Polícia Militar de São Paulo José Vicente da Silva Filho, ex-secretário nacional de Segurança Pública (no governo Fernando Henrique Cardoso), diz: "Inteligência precisa de cooperação. Inteligência é quase sinônimo de cooperação porque é um jogo de quebracabeça e cada instituição tem uma peça para encaixar."

Mas quem quer cooperar partilhando dados de inteligência?

Na manhã de terça-feira, 9, ao ser perguntado sobre o tema na CPI do Crime Organizado, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, fez um resumo desalentador sobre o nível de comunicação entre órgãos de segurança pelo país.

"O que ocorre no Brasil, e é por isso que estamos discutindo a PEC da Segurança, é que as forças de segurança não conversam entre si. A Polícia Civil não troca informação com a Polícia Militar; a Polícia Militar e Civil não trocam

informação com a Polícia Federal; a Polícia Federal não troca informação com a Polícia Penal Federal e muito menos com a Polícia Rodoviária. São sistemas que são isolados, que não se conversam", afirmou o ministro.

Um dia antes, o governo havia assinado a criação de um sistema único de inteligência, que promete integrar informações no âmbito federal para compartilhá-las com as policiais dos Estados. Um primeiro passo, disse Lewandowski.

"Mas se nós não tivermos um instrumento, uma emenda constitucional, que estabeleça um mínimo de compulsoriedade, um mínimo de obrigatoriedade no compartilhamento de dados ou informações de inteligência, não vamos avançar", acrescentou.

Para José Vicente da Silva, o que falta é uma estrutura integrada que facilite a cooperação e as trocas de informações no dia a dia: "Falta uma cola para isso. E essa cola teria de ser um plano nacional para essas questões."

Uma das ideias sempre na mesa é a recriação de um Ministério da Segurança Pública, que existiu no governo Michel **Temer**. A pasta foi extinta no governo Jair Bolsonaro e segue assim na atual gestão. Mas recriar uma pasta da Segurança retiraria a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos do atual Ministério da Justiça, deixando-o esvaziado, o que é longe de ser consenso.

"A gente precisa encontrar um modelo de coordenação que seja estimulado pelo texto constitucional. Não uma coordenação que centralize tudo, que federalize tudo, porque num país continental como o Brasil isso não seria eficiente", diz o promotor Fábio Bechara.

O governo federal aposta na aprovação da PEC da Segurança, no Projeto de Lei Anti-Facção, ambos no Congresso, como caminhos para mudanças estruturais. Aposta também na fórmula da Ficco.

Rodney da Silva, da Diopi, diz que há mudanças em curso na forma como o governo federal lida com inteligência de segurança. E que depois de 25 anos, o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP) - cujos integrantes do conselho sempre foram integrantes de ministérios - passará a ter integrantes das polícias dos Estados como conselheiros.

Ele fala também em uma revisão na Estratégia Nacional de Segurança Pública, a Política de Segurança Pública e a Doutrina Nacional de inteligência de Segurança Pública."

Entre os que vêm com certo ceticismo as apostas em mudanças, o delegado Everson Contelli diz que muito da estrutura de inteligência e cooperação já existe: "O que falta agora é um pouco mais de vontade, de

disponibilidade desses atores de conversarem."

Esta é a primeira de uma série de reportagens sobre segurança pública 15 dez. 2025

Site: https://valor.globo.com/virador#/edition/188445

Governo federal cria 4,1 mil cargos comissionados, que batem recorde

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

O governo federal criou 4,1 mil novos cargos comissionados desde o início da atual gestão, em janeiro de 2023, e atingiu o maior número de ocupações de confiança da história da administração pública federal - 50,4 mil cargos em outubro de 2025.

Os dados fazem parte de um levantamento do Farol da Oposição, do Instituto Teotônio Vilela, ligado ao PSDB, e foram confirmados pelo Estadão no Painel Estatístico de Pessoal, mantido pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

O governo alega que as nomeações são fruto da reorganização de ministérios que Lula fez ao assumir o poder em 2023 e que os novos comissionados não geram novas despesas, pois houve transformação de cargos já existentes que estavam vagos ou obsoletos.

O número reúne cargos de livre nomeação e exoneração destinados às atribuições de direção, chefia e assessoramento no governo. São **servidores públicos** e pessoas de fora da administração pública que ganham cargos de confiança.

Mais da metade (53%) corresponde à administração direta federal, como é o caso dos ministérios.

O restante inclui as autarquias e fundações.

Os órgãos que possuem mais cargos comissionados são **INSS** (3.984), Ministério da Fazenda (2.697), Polícia Federal (2.001), Ministério da Gestão (1.994), IBGE (1.914), Ministério da Saúde (1.707) e Presidência da República (1.646), incluindo os chefes e técnicos que trabalham nesses locais.

Os ministérios que mais aumentaram o número de cargos comissionados entre o fim do governo Jair Bolsonaro (PL) e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, por sua vez, foram Fazenda, Gestão, Agricultura, e Trabalho e Emprego, além de outras pastas que foram criadas e desmembradas na atual gestão.

Lula tem 38 ministérios e chegou a ter 39, com a pasta extraordinária dedicada ao socorro à tragédia climática no Rio Grande do Sul. Bolsonaro deixou o Palácio do Planalto com 23, mas foi o presidente que mais criou cargos comissionados.

Foram 13,4 mil novas vagas só em 2022, o último do mandato - nos três primeiros anos de governo, o número manteve-se estável.

O Ministério da Gestão afirmou ao Estadão que o aumento se deve à reestruturação ministerial planejada ainda durante a transição de governo, que resultou no desmembramento e na recriação de pastas. "Toda a adequação das estruturas foi feita a partir da redistribuição e transformação de cargos já existentes", disse o ministério.

Segundo o órgão, não houve geração de "novas despesas" para o governo federal e 80% são funções de confiança preenchidas exclusivamente por servidores efetivos. Os demais órgãos não comentaram.l

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Mendonça suspende homologação de acordo sobre ressarcimentos

PEPITA ORTEGA LAVÍNIA KAUCZ BRASÍLIA

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu transferir para o plenário da Corte o debate sobre a homologação do acordo do governo Luiz Inácio Lula da Silva para compensar aposentados e pensionistas lesados por descontos indevidos no caso das fraudes ao Instituto Nacional de **Seguridade Social** (**INSS**).

Em julgamento virtual retomado na sexta-feira, Mendonça pediu destaque, interrompendo o julgamento que só deverá ser retomado em sessão presencial. Não há data para que isso ocorra.

Com o movimento de Mendonça, o placar do julgamento é zerado, com exceção do voto do ministro Luís Roberto Barroso, que se manifestou sobre o tema antes de se aposentar. Além dele, os ministros Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes haviam votado com o relator, Dias Toffoli, para confirmar a homologação do acordo.

O placar estava em 5 a 0.

O julgamento teve início em agosto, um mês após Toffoli homologar o acordo de devolução integral e imediata, por via administrativa, de valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas.

Na decisão, Toffoli deu aval para que os valores do ressarcimento não sejam contabilizados no arcabouço fiscal. À época, o **INSS** estimou que os recursos necessários para ressarcir os mais de 3 milhões de aposentados afetados chegavam a R$ 2,1 bilhões.

No despacho, Toffoli disse que deixar o ressarcimento dos aposentados lesados pelas fraudes fora do arcabouço fiscal se justificava por dois motivos: o pagamento dos valores pela Fazenda Pública já seria incluído em precatório em caso de responsabilização do Poder Público, e porque a "providência está justificada nos postulados da dignidade da pessoa humana, da segurança jurídica e da confiança legítima nas instituições".

Em agosto, ao acompanhar o relator, Barroso disse que via com "preocupação" as sucessivas autorizações para excepcionalização do teto de gastos e da meta fiscal, apesar de reconhecer a relevância de casos em que foi aberta essa brecha. E defendeu que, "em futuras hipóteses, esse fator deve ser ponderado com todo rigor pela Corte".

O decano, Gilmar Mendes, aderiu às "preocupações" do colega, apontando que a Corte precisa "refletir, em casos futuros, sobre certas flexibilizações do teto de gastos e da meta fiscal".l

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Novo salário mínimo: veja o que muda nos benefícios a partir de 1º de janeiro

O salário mínimo passará de R$ 1.518 para R$ 1.621 em 2026, um aumento de R$ 103, ou 6,78%. O novo piso precisa ainda ser aprovado pelo Congresso até o final do ano e sancionado pelo presidente Lula, para começar a valer em 1º de janeiro.

O reajuste terá impactos não só na remuneração dos trabalhadores, mas também em benefícios sociais .

Segundo o Censo 2022 do IBGE, mais de um terço (35,3%) dos trabalhadores recebe até um salário mínimo, o que equivale a.

Nota técnica do Ministério do Planejamento afirma que cada R$ 1 acrescido ao salário mínimo provoca impacto fiscal estimado em R$ 400 milhões ao ano nas contas públicas.

Entre elas, estão aposentadorias, pensões e outros que são pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). Ainda, seguro-desemprego, abono salarial PIS/Pasep e BCP (Benefício da Prestação Continuada).

Além disso, a contribuição para o **INSS** passará a ser paga pelo novo valor do mínimo.

Benefícios do **INSS**

O valor mínimo dos benefícios pagos pelo **INSS**, como aposentadorias e pensões, é de um salário mínimo, de R$ 1.621 a partir do ano que vem. Cerca de 70% dos benefícios pagos pelo **INSS** correspondem ao piso nacional.

Os que recebem acima disso terão reajuste com base na **inflação** medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acumulado dos últimos 12 meses em dezembro, que será divulgado pelo IBGE no começo de janeiro.

O teto atual do **INSS** é de R$ 8.157,41. O calendário de pagamento será divulgado nesta semana. Mas já começa em janeiro, com os reajustes.

Contribuições ao **INSS**

As contribuições ao **INSS** também passarão a ser calculadas sobre o novo salário mínimo. As contribuições partem de 5% sobre o valor do piso.

Abono salarial

O valor do benefício vai variar em 2026 de R$ 135,08 a R$ 1.621,00, dependendo da quantidade de meses trabalhados no ano-base de 2024.

Atualmente, ele pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos mensais. Mas a partir de 2026 entram novas regras e, até 2035, este valor vai chegar a um salário mínimo e meio.

Neste ano, 26.383.632 trabalhadores receberam o benefício, somando R$ 30,6 bilhões.

Para ter direito ao abono, o trabalhador precisa:

Como consultar

Benefício da Prestação Continuada (BPC)

Os idosos com 65 anos ou mais e as pessoas com deficiência que recebem o BPC (Benefício da Prestação Continuada) da Loas (Lei Orgânica da Assistência Social) também passam a receber R$ 1.621 por mês.

O BPC paga um salário mínimo como forma de amparo a pessoas que não recebem nenhum outro benefício do **INSS** e que não tenham meios de se sustentar sozinhas nem de ser sustentadas pela família.

Quem tem direito

Para ter direito ao benefício, é preciso ter 65 anos ou mais ou uma deficiência incapacitante para uma vida independente e para o trabalho. Essa incapacidade é avaliada pelo serviço social e pela perícia médica do **INSS**.

É preciso ainda comprovar ser realmente pobre. A renda familiar deve ser de no máximo um quarto do salário mínimo per capita. Uma família de quatro pessoas precisa sobreviver com um salário mínimo para poder receber o benefício.

Seguro-desemprego

A parcela mínima do seguro-desemprego passa para

R$ 1.621,00. Tem direito ao benefício o trabalhador que foi demitido sem justa causa. Quem fizer acordo para ser demitido não terá direito ao pagamento.

Site: https://noticias.r7.com/prisma/conta-em-dia/novo-salario-minimo-veja-o-que-muda-nos-beneficios-a-partir-de-1-de-janeiro-15122025/

Falta decisão do governo, diz relator da Reforma Administrativa

BERNARDO LIMA bernardo.lima@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O grande número de servidores federais saindo do serviço público aquece o debate em torno de uma Reforma Administrativa, que tramita no Congresso Nacional sob relatoria do deputado Pedro Paulo (PSD-RJ).

A reforma, no entanto, não está na lista de projetos que devem ser votados ainda neste ano e é criticada por integrantes do governo.

Pedro Paulo diz que existem opiniões divididas na Esplanada dos Ministérios. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já elogiou partes do texto, como a limitação dos supersalários e regras de desempenho.

- Eu acho que falta ao governo uma decisão ali do núcleo central, principalmente do presidente Lula, se vão tentar obstruir o texto, ou tentar agregar à proposta. A partir daí é fácil, eu sento no dia seguinte com a Esther (Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em

Serviços Públicos), eu sei quais são os pontos que incomodam a Esther -afirma o deputado federal.

REVISÃO ANUAL DE GASTOS

A reforma estabelece medidas como uma tabela única de remuneração para todos os entes da Federação, a criação de metas obrigatórias de desempenho para servidores, o fim de privilégios como férias acima de 30 dias e licença-prêmio, além de limitar a 10% os auxílios de alimentação, saúde e transporte para quem recebe acima de 90% do teto constitucional.

Também prevê a revisão anual dos gastos do Executivo e o fim da aposentadoria compulsória para juízes como punição, além de constitucionalizar a inclusão digital como direito social e criar uma estratégia nacional de governo digital.

O secretário de Gestão de Pessoas do MGI, José Celso Cardoso Jr., por sua vez, argumenta que a proposta é muito ampla:

- Veio uma proposta muito abrangente. É uma hiperconstitucionalização de temas de gestão. Vários temas que estão ali, embora eles sejam meritórios, não precisam estar na Constituição, são temas de gestão cotidiana.

Para a professora de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas (FGV) Alketa Peci, é essencial que o serviço público avance com uma proposta que estabeleça uma avaliação de desempenho mais estruturada e a limitação de penduricalhos e supersalários. -A discussão está crescendo, e um dia vai se impor. Isso pode acontecer

da forma mais perigosa possível, com respostas mais radicais, como aconteceu no governo anterior e está acontecendo agora no governo (Donald) Trump. Eu acho que hoje estamos em um bom momento para avançar nisso e resgatar alguma nacionalidade administrativa, sem correr riscos - afirma a especialista.

"SALTO QUALITATIVO"

Na avaliação do professor de Administração Pública da Unicamp Oswaldo Gonçalves Junior, a "disputa de narrativas" sobre o papel do Estado nos últimos anos tem interditado o debate sobre uma reforma administrativa.

- Que caminhos existem para fortalecer carreiras estratégicas e, ao mesmo tempo, permitir arranjos mais flexíveis? Penso que essas preocupações qualitativas, para além das quantidades que envolvem o montante de reposições, sem dúvida necessário, são o outro lado da moeda e permitiriam dar um salto qualitativo na administração pública - argumenta o professor.

Desde a campanha, o governo Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a postura de valorização dos **servidores públicos** diante do congelamento de salários na gestão Jair Bolsonaro. O presidente Lula deve enviar nos próximos dias ao Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a reestruturação de carreiras federais. As mudanças atingem 200 mil servidores, entre ativos e aposentados, e terão impacto anual estimado de R$ 4,2 bilhões.

O texto cria 8,6 mil cargos efetivos para universidades federais e 225 para Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), funções que serão preenchidas

após concursos públicos. O projeto prevê ainda a criação de uma nova carreira de analista técnico no Executivo, que poderá atuar em diferentes ministérios substituindo funções que atualmente são ocupadas por arquivistas, bibliotecários, contadores, entre outros.

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasil gasta mais que países da OCDE, mas gestão é pior, diz estudo

Isadora Camargo De São Paulo

Mesmo gastando mais por habitante do que países de renda média alta, o Brasil investe bem menos, com baixa eficiência de gestão governamental, deixando de aplicar recursos e de entregar níveis de bem-estar maiores que os de economias avançadas. É o que mostra o novo Índice de Capacidades Institucionais (ICI), desenvolvido pelo Centro de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral (FDC). Soluções como reforma administrativa e revisão dos supersalários poderiam ser um primeiro passo em 2026, aproveitando o debate eleitoral, recomendam economistas.

A métrica inclui três grandes componentes: qualidade institucional, qualidade de gestão pública e ambiente de negócios, que têm seus subitens de avaliação. O estudo quantifica, a partir de 68 indicadores, a relação entre capacidades institucionais e os resultados de bemestar social. A média, que varia entre 0 e 1 é o ICI. O Brasil ficou com nota 0,484, enquanto o grupo de membros da OCDE pontuou 0,672.

Na pesquisa, a principal referência de comparação é a média da OCDE, que é mais alta nos quesitos qualidade institucional (0,67), qualidade de gestão pública (0,77) e desenvolvimento e bem-estar (0,74). O Brasil pontua 0,44; 0,61 e 0,53, respectivamente, mas ganha ligeiramente da média da OCDE em ambiente de negócios, 0,34 contra 0,31.

O ICI do Brasil mostra que o país vai mal em áreas centrais como segurança pública, controle da corrupção e desempenho governamental, além de apresentar baixa qualidade do crédito, fracas exportações e baixa produtividade da mão de obra. Esses elementos compõem um quadro de baixa eficiência estatal e, apesar de dispor de mais recursos, o país converte esse gasto em resultados apenas medianos.

Para economistas, o cenário só se alteraria se, no curto prazo, a reforma administrativa fosse aprovada, houvesse revisão de supersalários, melhor gerenciamento da produtividade no quadro de **servidores públicos** e rigidez com um plano plurianual de gastos.

"Hoje, temos problemas relacionados à qualidade das instituições, agravados pela corrupção, mal funcionamento dos três níveis de governo e o ambiente de negócios", afirma Humberto Falcão Martins, professor da FDC.

Segundo ele, mesmo com o avanço das instituições de controle nos últimos 20 anos, não se conseguiu combater a corrupção em nível "residual". O ambiente de negócios também precisa ser remodelado, com estímulo à inovação.

Além disso, Martins se refere à má "performance governamental" como um elemento conectado à necessidade de uma "reforma administrativa para capacitar o Estado a usar melhor os recursos e tirar melhores resultados deles".

A gestão do orçamento também está na base da qualidade institucional e da métrica, algo que no Brasil segue frágil porque, segundo Paulo Paiva, ex-ministro do Trabalho e do Planejamento e Orçamento (governo FHC), o orçamento público brasileiro deixou de cumprir seu papel central. "O orçamento anual deveria ser, numa democracia, a principal instituição para discutir interesses sociais e construir acordos sobre como alocar recursos. No Brasil, porém, essa arena é desigual".

A métrica avalia 145 países e, entre eles, a pontuação brasileira é ligeiramente superior à média da América Latina e dos países de renda média alta, mas fica significativamente abaixo das economias de alta renda e da OCDE.

A renda per capita brasileira (US$ 9.133) é 17,7% superior à média dos países de renda média alta, e o gasto público por habitante (US$ 10.069) é cerca de 20% maior, mas os investimentos como proporção do **PIB** são menos da metade do observado nesses países (1,67%, diante de 2,86%).

"Essas evidências indicam que o Brasil gera resultados de bem-estar equivalentes aos dos países de renda média alta, mas o faz com cerca de 20% a mais de recursos", diz Martins.

O diagnóstico é que o Brasil está sujeito à "armadilha da renda média": atingiu certo grau de desenvolvimento, mas estagnou e permanece nesse patamar.

O desempenho brasileiro é especialmente fraco em desenvolvimento e coesão social, conectividade, educação e poluição, embora esteja em posição relativamente favorável em mudanças climáticas. Para Martins, os resultados traduzem a necessidade de acelerar políticas públicas.

Na comparação com países latinos, o Brasil só ganha em capacidade institucional da Argentina (0,46) e do Peru (0,42) e por pouco (0,48). Chile e Uruguai possuem as melhores médias monitoradas pela pesquisa, de 0,59 e 0,54, nessa ordem.

Martins defende cinco medidas a serem vislumbradas a médio e longo prazo, que são a profissionalização da liderança pública; enfrentamento mais rígido do orçamento público; reestruturação da gestão de pessoas do setor público; retirada de privilégios e resgate de planejamento governamental. Também defende critérios claros para nomeações - inclusive políticas - e investimento pesado na formação de gestores em todos os níveis da burocracia. E alerta para a necessidade urgente de uma reforma do Orçamento, peça que se tornou um "desserviço ao país", marcado por rigidez e regras ultrapassadas, que dificultam o uso eficiente do dinheiro.

Paiva concorda e acrescenta que o peso crescente das emendas transferiu ao Legislativo uma influência inédita sobre a alocação de despesas, distorcendo também as prioridades do orçamento público. Esse movimento, em sua visão, compromete a gestão e desvirtua a função original do planejamento de gastos.

Outro ponto crítico é a gestão de pessoas. A folha de pagamento, principal gasto da União, convive com um quadro de servidores subaproveitado devido a estruturas altamente burocráticas. Para Paiva, o problema não está no número de servidores, mas nas regras de progressão, remunerações e inúmeras vinculações - inclusive ao salário mínimo, que virou indexador e não segue a produtividade.

Site: https://valor.globo.com/virador#/edition/188445

Congresso entra em semana decisiva de votações após escalada de crise institucional

Andrea Jubé, Murillo Camarotto e Caetano Tonet

A última semana de votações no Congresso neste ano prevê uma pauta recheada de temas sensíveis, como o projeto de lei (PL) da dosimetria no Senado, a cassação do deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), que fugiu para os Estados Unidos, além da lei orçamentária de 2026, em um cenário de acirramento da crise institucional. O clima é de tensão e desconfiança entre os Poderes, em meio ao avanço das investigações sobre desvios de emendas parlamentares no Supremo Tribunal Federal (STF) e a aproximação do ano eleitoral.

Nas palavras de um experiente parlamentar, a sensação em Brasília é de "incertezas, insegurança e imprevisibilidade", sendo difícil prever o que poderá acontecer em um mês. Na sexta-feira (12), a operação Transparência da Polícia Federal (PF), que teve como alvo a servidora da Câmara dos Deputados, Mariângela Fialek, conhecida como Tuca, obrigou o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), a convocar uma reunião de emergência com os líderes partidários para discutir uma resposta conjunta à ação policial, quando a maioria já estava em seus Estados, e teve que voltar à capital federal.

Motta chegou a divulgar nota para defender a ex-servidora e nela frisou que respeita as decisões do STF, porém "uma leitura atenta e correta" da decisão do ministro Flávio Dino "não se aponta nenhum ato de desvio de verbas públicas". "Nenhum. Eventuais desvios, insista-se, devem ser devidamente apurados", informou.

A operação agravou a turbulência da Câmara com o STF, diante de dezenas de agentes da PF circulando pelas dependências da Casa para cumprir mandados de busca e apreensão em gabinetes onde a servidora despachava. A relação já estava estremecida depois que a Corte anulou a sessão plenária que preservou o mandato da deputada Carla Zambelli, contrariando ordem judicial. Em reação, também na sexta-feira, a Primeira Turma do STF referendou liminar

do ministro Alexandre de Moraes, determinando a perda do mandato da parlamentar. No domingo (14), Motta marcou reunião com equipe jurídica para se consultar sobre o caso. Durante a tarde, a Câmara divulgou nota dizendo Zambelli renunciou ao cargo

(ver mais nesta página).

Antes da escalada da crise, a pauta da Câmara, com esforço concentrado convocado, previa as cassações de Ramagem e do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que se mudou em março para os Estados Unidos, de onde conspirou a favor do tarifaço de Donald Trump. Há dúvidas, contudo, em ambos os casos. Quanto a Ramagem, como o STF anulou a decisão dos deputados de salvar Zambelli, há incerteza se Motta submeterá o caso ao plenário. Sobre

Eduardo, pode pesar contra ele a retirada, pelo governo Trump, das sanções da Lei Magnitsky impostas a Moraes.

Em paralelo, Motta havia acenado ao Palácio do Planalto com a possibilidade de colocar em votação a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, bem como o projeto de corte dos incentivos fiscais, relatado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). Mas como a relação do presidente da Câmara com o PT está desgastada, em especial após os protestos deste domingo (14), contra a aprovação do PL da dosimetria, o mais provável é que essa matéria, crucial para o Ministério da Fazenda, fique para 2026.

Os deputados ainda devem analisar o PL Antifacção, que retornou do Senado. E na seara econômica, há expectativa pela votação do projeto de lei complementar que regulamenta a **reforma tributária**.

Outro fator da crise, o projeto de lei que reduz as penas dos condenados pelos atos de 8 de janeiro, favorecendo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), deve ser votado no plenário do Senado na quarta-feira (17). Persiste, entretanto, a resistência de senadores influentes, e é preciso avaliar o impacto da pressão das ruas contra a proposta sobre os parlamentares. O senador Renan Calheiros (MDB-AL) já comunicou interlocutores que pretende fazer um pronunciamento veemente contra a matéria.

A se confirmar, a análise do PL da dosimetria no Senado faz parte de um abrangente acordo de bastidor, que envolveu as cúpulas da Câmara, do Senado, e alas do STF. A tratativa excluiu o Planalto, líderes do Senado, e o PT, que admitiram terem sido pegos de surpresa com a votação do projeto na

Câmara no início da semana passada.

Um dos pontos do acordo era a anuência do STF ao texto da dosimetria, que teve como relator o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), que tem boa interlocução com ministros. O Valor apurou que alas do Supremo acharam o texto final "matematicamente" inexpressivo. Por exemplo, o entendimento no STF é de que a progressão da pena de Bolsonaro pode ser analisada a partir de 3 anos e meio. A lei em vigor exige 4 anos e meio, considerada a sentença de 27 anos e 3 meses de reclusão.

Outro item do acordo previa o recuo do STF na decisão liminar do ministro Gilmar Mendes que restringiu à Procuradoria-Geral da República (PGR) a competência para pedir impeachment de integrantes da Corte. No dia 10, Gilmar acolheu pedido da Advocacia do Senado nesse sentido. De outro lado, senadores selaram acordo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para que uma atualização da norma seja proposta em seis meses.

Outro compromisso, entretanto, teria sido descumprido pelo plenário da Câmara, que era a cassação do mandato da deputada Carla Zambelli. Em maio, a Primeira Turma do STF condenou a parlamentar a dez anos de prisão, em regime inicialmente fechado, pela invasão de sistemas e pela adulteração de documentos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A mesma sentença ordenou a perda do mandato. Como os deputados descumpriram a ordem judicial, o STF anulou a decisão do plenário da Câmara.

Ao mesmo tempo, vale lembrar que foi, justamente, a crise em torno das emendas parlamentares, face a decisões do ministro Flávio Dino do STF, no final de 2024 - impondo regras rígidas para execução dos recursos -, que atrasou a votação da lei orçamentária de 2025. O relator era o senador Ângelo Coronel (PSD-BA), que tornou públicas as críticas às decisões de Dino. A proposta só foi votada em março, depois de um entendimento costurado pela ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, que havia acabado de tomar posse.

A operação da PF de sexta mirou, exatamente, as emendas, ao ter como alvo Tuca, que é apontada pelo STF como suposta responsável pela "organização e distribuição dos recursos" das emendas parlamentares, "vinculadas ao orçamento secreto, por vários anos". A decisão acrescenta, ainda, que "ela "supostamente" atuava sob ordens diretas da antiga presidência da Câmara", e cita que o cargo era do deputado Arthur Lira (PP-AL), mas ressalva que este fato "ainda está em apuração". Por meio da assessoria, Lira ressaltou que não é alvo da investigação, e que Tuca não é mais sua assessora.

Além de tudo, nos bastidores, Lira irritou-se com a preservação do mandato de seu desafeto, o deputado Glauber Braga (PSOLRJ), que obteve uma suspensão de seis meses por quebra de decoro. Braga aparece, ao lado de outros parlamentares, como um dos delatores ao STF do suposto esquema do orçamento secreto.

Apesar da sucessão de crises, o relator da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), disse ao Valor que não vê cenário de crise no Congresso que possa atrapalhar a votação na próxima semana. "Está tudo bem com o Orçamento, não tem nada para contaminar a votação", afirmou.

Na mesma linha, o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Efraim Filho (União-PB), descarta que a operação policial impeça a votação. Para ele, o calendário elaborado para o pagamento de emendas reforçou "as regras sobre transparência, previsibilidade e rastreabilidade dos recursos".

Site: https://valor.globo.com/virador#/edition/188445

A punição ao devedor contumaz (Editorial)

Oito anos de tramitação é um prazo excessivo para qualquer matéria no Congresso Nacional, ainda mais para aquelas que não embutem mudanças constitucionais e não representam uma ampla e complexa reforma estrutural. Por isso, não há justificativa plausível para tamanha demora na aprovação do projeto que cria e tipifica a figura do devedor contumaz, conhecido desde priscas eras como sonegador de **impostos**, que agora fica sujeito a punições mais rigorosas.

Nas aprovações recentes no Senado e na Câmara, depois de longa e inexplicável resistência em pautar a votação do projeto, os parlamentares apenas cumpriram o seu papel de zelar pela ordem econômica e pelo bem-estar da sociedade. E o fizeram, ressalte-se, encurralados por operações da Polícia Federal, do Fisco e de Ministérios Públicos Estaduais que não deixaram dúvidas sobre a estratégia de negócios das gangues travestidas de grupos empresariais.

Os chamados devedores contumazes estão ligados não apenas à sonegação, mas também à lavagem de dinheiro, ao conluio com o crime organizado e, por vezes, ao tráfico de armas e drogas. São bandidos e como tais devem ser tratados. Diante das múltiplas evidências escancaradas pelas investigações, que desmantelaram fraudes bilionárias tendo como fachada empresas legalmente constituídas com a finalidade de escamotear a atividade criminosa, não houve pressão lobista capaz de manter o projeto engavetado.

A relutância do Legislativo em deliberar sobre a proposta expôs não o cuidado dos parlamentares em debater o projeto à exaustão, o que seria uma atitude meritória, ainda que seja difícil comprar a tese de que a instituição do Código de Defesa do Contribuinte seja matéria intrincada a ponto de consumir tanto tempo. Na verdade, o prazo de permanência na gaveta expressou a total falta de prioridade da medida para os parlamentares, seja qual for motivo, apesar de representar um passo importante na recuperação de dívidas estimadas em cerca de R$ 200 bilhões em setores como o de combustíveis, bebidas e cigarros, entre outros.

O projeto, enviado à sanção presidencial, prevê a baixa do CNPJ de empresas identificadas como devedoras contumazes - em âmbito federal, com dívida injustificada superior a R$ 15 milhões e correspondente a mais de 100% do seu patrimônio; nos níveis estadual e municipal, quem tem dívidas tributárias por pelo menos quatro períodos de apuração consecutivos ou seis alternados no prazo de 12 meses sem justificativa.

É importante que as pessoas físicas associadas a esses CNPJs sejam também responsabilizadas e exemplarmente punidas para estancar a contaminação da bandidagem que se espalhou por diversos setores econômicos, chegou ao mercado financeiro e serve de elo entre o crime organizado e a economia formal. Como levantou a **Receita Federal** na Operação Carbono Oculto, a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) usava mais de mil postos de combustíveis em dez Estados e controlava 40 fundos de investimentos para lavar dinheiro. Isso, além de crime, é um escárnio com as instituições e o poder constituído. I

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Governo e bancos apertam cerco a golpes digitais

» RAFAELA GONÇALVES

O governo federal e o sistema financeiro deram início a uma nova ofensiva contra fraudes digitais no país. O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com entidades do setor financeiro, lançou um plano de ação integrado para enfrentar golpes e crimes cibernéticos que se multiplicam nas transações digitais.

Paralelamente, o Banco Central (BC) anunciou novas medidas para dificultar a abertura de contas falsas usadas por quadrilhas para movimentar dinheiro de forma irregular, reforçando a estratégia nacional de contenção às fraudes e ao avanço das organizações criminosas no ambiente virtual.

À medida que as operações on- -line ultrapassam as presenciais no sistema financeiro, o Brasil se tornou um dos países com maior número de tentativas de fraude digital, atrás apenas da China, de acordo com o estudo The Emotional Undercurrent of Financial Scams.

A iniciativa, batizada de Aliança Nacional de Combate a Fraudes Bancárias Digitais, reúne 23 ações articuladas e é fruto de um acordo de cooperação técnica entre o MJSP e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou como a digitalização transformou o cenário da criminalidade. "A crescente complexidade da criminalidade, exacerbada pela digitalização, tem transformado profundamente o cenário da segurança pública. O combate ao crime exige uma abordagem que transcende as ações estatais.

É imprescindível que a sociedade participe ativamente", disse no lançamento da Aliança.

Segundo Lewandowski, a Aliança tem horizonte de cinco anos e reúne iniciativas já em execução, como o novo portal voltado às vítimas de golpes.

"Já existem diversas ações concretas em andamento, como a criação de um site hospedado no Ministério da Justiça. Este portal tem como objetivo fornecer informações claras e confiáveis aos cidadãos, especialmente às vítimas de fraudes, que muitas vezes não sabem como agir ou a quem recorrer", explicou.

O objetivo é fortalecer ações de prevenção, detecção e repressão a fraudes, além de oferecer apoio direto às vítimas. "Esta Aliança é essencial, porque demonstra algo que o crime não terá, que é a capacidade de integrar setores distintos, público e privado, com agendas próprias, em torno de um objetivo comum", destacou Isaac Sidney, presidente da Febraban.

Segundo ele, o esforço conjunto inaugura uma nova etapa na resposta às ameaças digitais. "Assim, mostramos ao Brasil que, para combater a criminalidade digital, podemos romper barreiras históricas e criar soluções coletivas para enfrentar um dos desafios mais graves e complexos, que são os golpes, as fraudes e os ataques cibernéticos nas transações financeiras." O plano se apoia em seis pilares: aprimoramento dos processos de prevenção de golpes, intensificação da repressão, compartilhamento de dados, capacitação de agentes públicos e privados, atendimento às vítimas e conscientização da população.

Identidade segura Também entrou em vigor na última semana o BC Protege+, novo sistema do Banco Central que permite aos clientes bloquear a abertura de contas em seus nomes, ampliando a proteção contra fraudes e golpes no sistema financeiro.

A partir da ferramenta, todas as instituições financeiras são obrigadas a consultá-la antes de abrir contas de depósito, poupança ou contas de pagamento pré-pagas, garantindo que apenas titulares autorizados possam movimentar recursos.

A adesão ao serviço é voluntária e pode ser feita pelo portal Meu BC, que já reúne funcionalidades como o Registrato e o Sistema de Valores a Receber (SVR). Segundo resolução do Banco Central, a consulta ao BC Protege+ é obrigatória e deve ocorrer de forma prévia à formalização de qualquer nova conta.

Gratuito, o serviço permite que pessoas físicas e jurídicas bloqueiem a abertura de novas contas em seus nomes ou como representantes, obrigando as instituições a conferir a restrição antes de concluir

qualquer contratação, reduzindo golpes de identidade.

Para o especialista em Direito do Consumidor Stefano Ribeiro Ferri, o recurso adiciona uma nova camada de proteção, ao oferecer ao consumidor maior controle sobre sua identidade financeira, representando também um avanço significativo na governança do sistema bancário. "Funciona como uma trava de segurança que o próprio cidadão ativa voluntariamente", ressalta.

A abertura de contas irregulares para ocultar operações suspeitas é uma das principais portas para atividades criminosas. Segundo o especialista, a nova camada de proteção reduz, significativamente, a vulnerabilidade porque ataca o problema na origem, que é o uso indevido do CPF ou CNPJ. "A ferramenta dificulta a prática de criação de contas laranjas, reduz oportunidades para golpes com Pix e reforça barreiras contra lavagem de dinheiro, especialmente em contextos de fluxo rápido e pulverizado de recursos", diz.

Ferri alerta, ainda, que a funcionalidade não elimina todos os riscos.

"Ela não elimina 100% das fraudes, porque o golpe também envolve engenharia social, vazamento de dados e falhas humanas", afirma. "É uma ferramenta essencial, mas não suficiente sozinha", completa, lembrando que criminosos podem usar métodos que não dependem de novas contas.

Contas-bolsão Além da nova ferramenta, entrou em vigor o fim das chamadas contas-bolsão, utilizadas para movimentar recursos de terceiros sem identificação individual dos titulares.

Comuns em plataformas de comércio eletrônico, essas contas passaram a ser exploradas por organizações criminosas para ocultar operações financeiras e lavar dinheiro, motivando a restrição do seu uso.

As instituições financeiras serão obrigadas a encerrar esse tipo de conta, que dificulta o rastreamento de recursos e já apareceu em investigações como as operações Carbono Oculto, ligada ao PCC, e Poço de Lobato, sobre o Grupo Refit, apontado como maior sonegador de **impostos** do país.

Ao regulamentar a terceirização de serviços bancários pelo modelo Banking as a Service (BaaS), o Banco Central deixou claro que as contas abertas, mantidas ou encerradas nesse sistema devem ter titularidade individualizada e só podem ser movimentadas pelos clientes finais.

Adequação à LGPD O avanço das fraudes de identidade e dos crimes cibernéticos tem impulsionado instituições financeiras e reguladores a reforçar mecanismos de prevenção no país. Para especialistas, a combinação entre ferramentas públicas, governança robusta e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é decisiva para garantir segurança sem comprometer direitos de privacidade.

Segundo Luiz Fernando Plastino, advogado especialista em Privacidade, Proteção de Dados e Direito da Informática no Barcellos Tucunduva Advogados, o Brasil possui algumas das regras mais desenvolvidas do mundo em relação à segurança das instituições financeiras, e o Banco Central atualiza constantemente essas normas para responder ao surgimento de novas ameaças.

O especialista alerta que falhas na prevenção podem gerar responsabilização.

"As instituições podem responder por perdas e danos se falharem em endereçar adequadamente o risco de fraude, inclusive quando o incidente envolver prestadores de serviços", diz.

A depender da causa, também podem ser aplicadas sanções administrativas por descumprimento de normas de segurança e governança. Quando houver vazamento ou uso indevido de dados pessoais, a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode investigar e autuar a instituição, aplicando multas ou até determinando a suspensão de atividades.

Plastino destaca que biometria e inteligência artificial reforçam a segurança, mas exigem base legal, transparência e controles humanos para evitar erros e garantir monitoramento contínuo. De acordo com ele, a tecnologia pode identificar padrões suspeitos e prevenir fraudes de forma automática, mas deve operar com "controles humanos para evitar falsos positivos e negativos, além de monitoramento contínuo".

Em sua avaliação, o país dispõe hoje de um ecossistema regulatório e tecnológico capaz de reduzir de forma significativa a superfície de ataque das fraudes. "O Brasil está na vanguarda da proteção contra fraudes, combinando normas robustas, ferramentas públicas e tecnologias avançadas, sempre com atenção aos direitos de privacidade e à segurança jurídica."

Site:
https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/12/15/all.pdf

Maioria dos analistas projeta corte da taxa básica de juros só a partir de março

DANIEL TOZZI MENDES ANNA SCABELLO

O discurso do Banco Central (BC) no **comunicado** de quarta- feira passada foi lido por boa parte do mercado como ainda bastante conservador e manteve em alta as apostas de que os cortes na taxa Selic devem começar apenas em março de 2026. Entre 34 casas consultadas na quinta-feira passada pelo Projeções Broadcast, 17 projetam início do afrouxamento monetário no mês de março, ante 13 que estimam cortes na Selic já em janeiro.

Para outras quatro instituições, as reduções na Selic devem ficar para abril.

O BC divulga amanhã o **comunicado** da reunião da semana passada, que manteve a taxa em 15%. Antes da decisão da semana passada, a aposta maior do mercado era de que os cortes começariam em janeiro.

Em relatório divulgado na quinta-feira, o BNP Paribas avaliou que o **comunicado** da reunião de dezembro do Copom manteve o tom cauteloso e paciente, em meio a um processo de desinflação que ainda não se concretizou.

"É importante destacar que a revisão para baixo das expectativas de **inflação** do BC para 2026 (3,6% para 3,5%) e segundo trimestre de 2027 (3,3% para 3,2%) foi impulsionada por uma atualização nos preços regulados, não nos preços de mercado - a parte da **inflação** que é mais suscetível a mudanças no nível econômico ou na política monetária restritiva", observa.

A perspectiva de cortes apenas no mês de março é corroborada pela economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Natalie Victal. "Teremos sinais mais claros da desaceleração gradual em curso da atividade na reunião de março do que em janeiro. O nosso cenário- base é de que essa moderação será questionada agora no quarto trimestre", afirma ela.

"Além disso, em março já deveremos 'sentir um cheiro' do impacto inicial do Imposto de Renda e alguns indicadores de janeiro", acrescenta.

A SulAmérica mantém em seu cenário-base a previsão de corte de 0,50 ponto porcentual no juro básico em março e Selic terminal de 11,5% em 2026, mas com assimetria "altista", a depender de quando as reduções começarem.

A parcela do mercado que vê a porta para afrouxamento monetário aberta em janeiro, porém, se escora no que pode ser considerado pequenos ajustes na comunicação do BC no **comunicado** da última quarta, além das revisões "baixistas" para as projeções de **inflação**.

"As pequenas mudanças no **comunicado**, em especial, a redução na projeção de **inflação**, indicam espaço para que o BC inicie o ciclo de corte de juros a partir da próxima reunião do Copom, se as condições de contorno estiverem similares ao momento atual", destacou o Bradesco em relatório.

O cenário-base do banco hoje é de um corte inicial de 0,25 ponto porcentual no juro básico em janeiro.

O sócio e fundador da Eytse Estratégia, Sergio Goldenstein, vai na mesma linha e considera que "ajustes pontuais" na comunicação de quarta do BC devem garantir o início de cortes no juro já no próximo encontro do Copom. Ele destaca, por exemplo, que ao avaliar o mercado de trabalho, o BC usou o termo "resiliente" e não mais "dinâmico".

Além da revisão "baixista" no fronte inflacionário, ele também observa que os dados da economia no terceiro trimestre, quando o Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu apenas 0,1%, deram mais confiança de que a política monetária está funcionando.

VAREJO. Para a economista do C6 Bank Claudia Moreno, os últimos dados do varejo e **inflação**, somados ao **comunicado** do Copom indicam que a Selic deverá ficar parada em janeiro e só começar a cair em março. O setor cresceu 1,1% no conceito ampliado nesta leitura, superando o teto das estimativas coletada pelo Projeções Broadcast, de 0,8%. Também houve surpresa "altista" no conceito restrito, com alta de 0,5%, ante uma mediana de queda de 0,1%.

"Quase todas as categorias tiveram um desempenho positivo no mês, com destaque para veículos, motocicletas, partes e peças (3%), combustíveis e lubrificantes (1,4%) e móveis e eletrodomésticos (1%)", escreveu Claudia em seu relatório. I

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Fazenda vê espaço para redução "expressiva" dos juros

Lu Aiko Otta e Guilherme Pimenta

A **inflação**, como mostrou o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de novembro, divulgado na semana passada, tem caído mais rapidamente do que o previsto pelo mercado e pelo próprio Banco Central (BC), o que abre espaço para redução "expressiva" da Selic. A avaliação é do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello.

"O mercado espera uma redução de 2,75 a 3 pontos percentuais da taxa de juros no ano que vem", diz a respeito da Selic, atualmente em 15% ao ano. "Três pontos não é uma coisa de se desprezar."

De acordo com Mello, os juros, mesmo em queda, e o mercado de trabalho atuarão para diminuir o nível de atividade econômica. Por outro lado, a injeção de R$ 28 bilhões provocada pelo novo limite de isenção do Imposto de Renda (IR), as mudanças no financiamento habitacional e a linha de crédito para reformas em residências vão operar no sentido contrário. Em ano eleitoral, é esperado também mais investimento em infraestrutura, segundo ele.

Em cálculo que "limpa" as estatísticas fiscais de receitas extraordinárias e **inflação**, a Secretaria de Política Econômica estima que o resultado estrutural das contas do governo central em 2022 passou de um déficit de 1,77% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para algo próximo de zero atualmente. Isso, de acordo com o secretário, é uma mostra de que há uma recuperação fiscal em curso.

A seguir os principais pontos da entrevista:

Valor:

O IPCA acumulado neste ano até novembro chegou a 3,92%. O que isso significa?

Guilherme Mello: Ressaltaria que, no começo do ano, o mercado previa 5,6%, mas vamos fechar abaixo de 4,5%. No acumulado de 12 meses, está abaixo de 4,5% [teto da meta] agora em novembro (4,46%).

Valor: Mas também não vai ser 3% (centro da meta)...

Mello: No meio do ano, já no regime de meta contínua, o BC escreveu uma carta falando que devolveria a **inflação** para a meta, se eu não me engano, no fim do primeiro trimestre de 2026 [na realidade, no quarto trimestre de 2026]. Voltou em novembro, o que significa que a **inflação** se comportou muito melhor que o previsto pelo BC. Valor:

Mello: A alimentação em domicílio deve fechar o ano próximo a 2%, depois de um ano passado que foi de alta, principalmente naqueles últimos três, quatro meses, quando teve um pico de **inflação** de alimentos.

Valor: No começo deste ano, falávamos sobre a concessão de subsídios para reduzir o preço dos alimentos...

Mello: Sim, parecia o fim do mundo. E acabou que vai fechar algo próximo de 2%. Outra notícia muito importante está nos [preços dos] serviços subjacentes, que são os mais atrelados ao ciclo econômico. Pegamos a média móvel de três meses anualizada, e está em 3,6%. Quase perto da meta. Claro, a meta não é uma meta de média móvel de três meses anualizada,

Por quê?

mas a média móvel trimestral mostra como está rodando na ponta. Em serviços subjacentes, que é uma métrica observada pelo BC, saímos de um cenário perto de 9% no começo do ano para algo perto da meta.

Valor: É reflexo do que ocorre na atividade?

Mello: Dialoga com os resultados do **PIB**, inclusive com a revisão do **PIB** que aconteceu na última divulgação do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística], que mostra o setor de serviços crescendo menos até do que era esperado no último trimestre, mas também crescendo menos do que tinha sido apurado anteriormente. Então, eu diria que estamos vendo o processo que esperávamos, mas de uma maneira mais rápida e intensa, com desinflação, em particular de alimentos, também dos serviços, os serviços subjacentes. Mas achávamos que isso ia se alongar um pouquinho mais no tempo. Ela foi mais rápida, mais curta e com um custo, do ponto de vista de atividade, que não foi muito maior do que o esperado. Achamos que o **PIB** deve fechar [2025] com

crescimento em torno de 2,2%, 2,3%, o mesmo que prevíamos no início do ano. Conseguimos compatibilizar uma economia dinâmica com uma **inflação** que converge para a meta.

Valor: A política monetária funcionou, então?

Mello: Tinha uma discussão no começo do ano se a política monetária era efetiva ou não era efetiva. Teve gente falando em dominância fiscal (de maneira simplificada, quando aumentos na taxa básica de juros podem pressionar, e não diminuir a **inflação**, por causa da dívida pública elevada). Ninguém mais fala nada disso. Tem, na verdade, um processo de convergência mais rápido do que o esperado. Isso abre espaço para o Banco Central, no ano que vem, avaliar qual é o momento e a velocidade certa para sair desse patamar de taxa de juros para um patamar ainda contracionista, ainda acima da taxa neutra, mas de maneira menos intensa, menos restritiva do que atualmente.

Valor: O que isso coloca no horizonte para 2026?

Mello: O mercado está apontando um crescimento entre 1,5% e 2%. Nós seguimos com o crescimento entre 2% e 2,5%.

Valor: Por que essa diferença? O emprego, por exemplo, já está desacelerando.

Mello: Vários fatores aqui influenciam essa nossa visão. Em primeiro lugar, é verdade que o mercado de trabalho tem desacelerado e isso obviamente era algo esperado. Não é possível manter um ritmo de expansão do mercado de trabalho estando com uma taxa de desemprego menor da história, de informalidade menor de história.

O mercado de trabalho segue um motor de resiliência da atividade econômica. Não vai ser responsável por acelerar a atividade econômica em relação a 2025, mas também não deve ser um fator que vai puxar para baixo essa atividade econômica.

Valor: Mas a atividade está desacelerando, por causa dos juros.

Mello: Tem, claro, do ponto de vista de desaceleração, os efeitos defasados da política monetária, que já se sentem no mercado de crédito, em particular de crédito para empresas. Ao mesmo tempo, tem algumas medidas que vão maturar no ano que vem. Por exemplo o novo sistema de crédito imobiliário e a política de crédito habitacional para reformas, que também ativa a construção civil.

Valor: O novo limite de isenção do Imposto de Renda vai injetar R$ 28 bilhões e afetar o cenário de que maneira?

Mello: Não entra como um impulso fiscal, porque ele não vai piorar o resultado primário. Mas tem um impacto porque, do ponto de vista do multiplicador, é mais renda para quem tem renda mais baixa, o que significa uma maior atividade. Então, feito o balanço entre os fatores impulsionadores e os fatores de contração, nós achamos que eles vão ter um resultado um pouco mais neutro. Até porque, assim como o mercado, nós esperamos uma redução expressiva da taxa de juros.

Valor: O que é a redução expressiva da taxa de juros?

Mello: O mercado espera redução de 2,75 a 3 pontos percentuais da taxa de juros no ano que vem. Sai de 15% para 12%, 12,25%. Três pontos não é uma coisa de se desprezar. Se a Selic hoje fosse 12% e não 15%, a curva de juros e a trajetória da dívida seria outra.

Valor: Isso é suficiente para mudar a perspectiva do empresariado?

Mello: Muda, claro. Vamos pegar aqui um caso clássico, o setor de caminhões, por exemplo. E esse tem sofrido, porque hoje, para comprar um caminhão, o Finame [Financiamento de Máquinas e Equipamentos, linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social] está [com juros anuais de] 22%, acima de 20%. Se ficar abaixo de 20%, não é que resolve o problema, mas melhora a perspectiva de um setor.

Valor: O agro vai deixar de ser um motor do **PIB** no ano que vem?

Mello: Estamos prevendo um crescimento bem menor do agro no ano que vem. Tem o efeito base, porque o agro cresceu muito este ano. E tem o La Niña. Mas teremos indústria e serviços mais fortes, que traz uma composição melhor também para emprego.

Valor: Corremos o risco de ver, no ano que vem, um surto de **inflação** em alimentos como vimos neste ano? A produção projetada de carne é menor.

Mello: Esse é um tema que temos

monitorado de perto desde o fim do ano passado. A carne, em particular, é um tema que volta e meia aparece nas nossas discussões. E sempre tem o alerta de risco de aumento do preço. Isso já faz quase um ano, não tem se confirmado. Tem que levar em consideração que os Estados Unidos retomaram as importações, mas a China deu um anúncio que vai

limitar. Então, hoje, não tenho esse cenário de iminência de um problema de **inflação** de alimentos. Até porque o câmbio está bem comportado.

Valor: O câmbio oscilou nesses dias por causa do noticiário político, com a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. Como vê o cenário para o ano que vem?

Mello: Câmbio é muito difícil de prever. Quando falamos do câmbio, falamos muito de fatores domésticos. Mas os fatores domésticos amplificam ou reduzem a tendência que vem de fora. Então, o principal fator determinante da taxa de câmbio está ligado ao ciclo de política monetária dos países centrais. E a expectativa do ano que vem, principalmente no caso americano, é de queda na taxa de juros com a mudança na direção do Fed (Federal Reserve, o banco central americano), da presidência do Fed. Então eu diria que nós temos uma perspectiva de um câmbio ainda comportado, mais valorizado. Não só pelo nosso elevado diferencial [de juros]. O Brasil é o segundo maior receptor de investimento estrangeiro direto no mundo, já há três anos. O saldo comercial segue muito bom. Pode ter ruídos pontuais domésticos, mas dificilmente são capazes de formar tendência que vá na contramão da tendência internacional.

Valor: E o fiscal? Ainda há um rombo de R$ 30 bilhões no Orçamento do ano que vem.

Mello: O resultado fiscal estrutural do governo central de 2022, se descontado o efeito da **inflação**, é de déficit de 1,77% do **PIB**, e não superávit [efetivo de 0,6% do **PIB**]. O superávit entregue pelo governo Bolsonaro é fake. Em 2024, foi déficit de 1,28% do **PIB**. Em 2025, aí são dados do setor público consolidado (medida mais ampla do que o governo central), estamos com superávit estrutural no primeiro semestre. No primeiro trimestre foi de 2,97% do **PIB** e no segundo, 1,18% do **PIB**. E em 2026 acreditamos que isso vai melhorar ainda mais. Por quê? Porque esse ajuste das contas que estamos fazendo, em particular, caso o Congresso aprove, por exemplo, a redução dos benefícios tributários, ele não está baseado em receitas extraordinárias. Então, estamos caminhando para chegar perto do déficit zero [do governo central], não só do ponto de vista pontual, mas do ponto de vista estrutural.

Valor: Um ponto de preocupação do mercado é o lançamento de novas

políticas públicas que levariam a aumento de gastos em ano eleitoral. Por exemplo: o crédito para motoboys, que a SPE ajudou a formular, muda o cenário sobre o qual falamos?

Mello: Primeiro, não tem nenhum anúncio ainda, nenhuma decisão sobre o que pode ser feito. Eu vi o que o presidente [Luiz Inácio Lula da Silva] mencionou a possibilidade, mas não tem ainda nenhuma política pronta para ser anunciada. Segundo, esse tipo de coisa pode ter um impacto setorial, mas não chega a configurar um impacto macro significativo. Eu não vejo no horizonte, do ponto de vista das políticas públicas, nada que altere significativamente o nosso cenário.

Valor: A inadimplência está subindo e o governo prepara mais uma linha de crédito para lançar. Está certo, isso?

Mello: O Banco Central divulgou um boxe [estudo] em que tentam decompor o que explica o aumento da inadimplência. E uma parte significativa, acho que mais de 60%, é explicada pela mudança metodológica de classificação das operações. Que inclusive afetou, por exemplo, o balanço do Banco do Brasil. Isso não quer dizer que a inadimplência não esteja crescendo. Quer dizer que uma parte importante, talvez mais da metade desse fenômeno, não é de fato uma mudança na trajetória, mas uma mudança metodológica na série. O ciclo de inadimplência costuma seguir o ciclo da política monetária. Como há uma perspectiva de mudança no ciclo da política monetária, também pode-se observar uma mudança, pelo menos na intensidade desse indicador de inadimplência. É natural que quando as pessoas tenham mais renda, como é o caso agora, elas tomem mais crédito e se endividem mais.

Valor: O tarifaço do governo de Donald Trump foi um dos fatos marcantes deste ano. Agora a relação do Brasil com os Estados Unidos está um pouco melhor. Como vê a situação para o ano que vem?

Mello: Ainda tem desafios setoriais da forma que as alíquotas estão hoje. O presidente Lula tem conversado com o presidente Trump, as negociações têm avançado. Já houve dois ou três movimentos nos Estados Unidos de

reduzirem tarifas para produtos brasileiros. Mas se confirmou exatamente aquilo que falávamos: é uma questão setorial. E o governo trabalha para dar apoio para os setores mais afetados. O Plano Brasil Soberano foi uma prova disso.

Valor: O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que, após o encerramento da sessão legislativa, poderia ser reeditada a MP do Brasil Soberano, que perdeu validade na quarta-feira (10). Será necessário?

Mello: Tem que ver como vão ficar essas negociações. Uma vez que avancem, isso não faz mais tanto sentido. Eu acho que as relações do Brasil com os Estados Unidos melhoraram muito. Acho que o fato de o presidente Trump ter conversado diretamente com o presidente Lula, conhecido os nossos negociadores e entendido que talvez as informações que ele recebia de algumas pessoas lá, inclusive brasileiros que estavam trabalhando, não eram as mais corretas, mudaram o cenário. O Brasil tem avançado no comércio exterior. Os bens mais afetados pelo tarifaço tiveram aumento da exportação total. Quer dizer que nossa estratégia de diversificação de mercados tem funcionado.

Valor: E agora vem o acordo Mercosul-União Europeia. O que ele nos coloca?

Mello: Historicamente, falam que o governo Lula não se abre [comercialmente]. É disparado o que mais abre mercados para os produtos brasileiros e vai assinar o maior acordo de livre comércio da história. A informação que eu tenho é que vai assinar [no dia 20]. Independentemente da análise específica sobre quais setores vão ganhar, quais setores vão perder, é um movimento que mostra que o Brasil está apostando em um caminho de cooperação e abertura. Isso não quer dizer que nós estejamos cegos para o que está acontecendo no mundo. Nós sabemos que existe uma concorrência brutal e que agora que os Estados Unidos mudaram a sua postura também, essa concorrência chega na América Latina, os produtos que às vezes não são mais destinados para lá (Estados Unidos) acabam vindo para cá. Nós estamos atentos a isso. Mas quer dizer também que o Brasil, ao mesmo tempo, lidera uma agenda de tentar construir outros caminhos. E isso não é só no comércio. Nós estamos liderando a agenda, na COP, por exemplo, da construção de um mercado de carbono global de países que querem aderir a isso. Assim como é o Brasil que liderou o Fundo de Florestas Tropicais. É uma coisa plurilateral, no sentido de que aqueles que estão dispostos aderem e constroem a institucionalidade.

Site: https://valor.globo.com/virador#/edition/188445

Pobreza cai, mas romper a cadeia requer igualar oportunidades

A pobreza e a extrema pobreza caíram no Brasil entre 2023 e 2024, na primeira metade do terceiro mandato do presidente Lula. Saíram da pobreza 8,6 milhões de pessoas, com corte de 4,2 pontos percentuais (de 27% para 23,1%), e 1,6 milhão deixaram a miséria, com diminuição de 4,4% para 3,5%. São fatos positivos, mas tão instáveis quanto os rumos da política econômica brasileira, que é o que define a distribuição de renda e a riqueza da nação. O Mapa da Desigualdade, elaborado com supervisão do economista Thomas Piketty, mostrou para o mesmo período que tanto uma quanto outra continuam horríveis no Brasil e, o que é pior, cresceram entre 2014 e 2024. O país continua um dos mais desiguais do mundo.

Ainda que Lula tenha colocado o combate à pobreza no centro de suas políticas desde que assumiu a Presidência em 2003, as orientações econômicas de seus governos não foram consistentes para eliminar o sobe-e-desce da pobreza, nem permitiram vislumbrar um crescimento sustentável o suficiente para romper com essas oscilações. A redução das duas camadas de pobreza observada nos três primeiros governos do PT tomou rumo contrário no segundo mandato de Dilma, como efeito de sua política econômica desastrosa, que levou à maior recessão da história republicana. A situação só melhorou após a pandemia, depois que o Auxílio Brasil, no governo de Jair Bolsonaro, mais que duplicou os aportes do Bolsa Família - e progrediu com o incremento no retorno de Lula e do Bolsa Família em 2023, já a um custo de 4 vezes (1,6% do **PIB**) o original.

Mesmo após a bem-vinda queda, o número de pobres e miseráveis continua alto e demonstra que por mais que programas sociais façam a diferença, e fazem muita, não são por si só capazes de produzir mudanças permanentes no perfil de renda.

Hoje há no Brasil 56,2 milhões de habitantes pobres e miseráveis, ou 26,6% da população, percentual que foi de 41,3% em 2012, no primeiro mandato de Dilma. Curiosamente, ao verificar o que aconteceria com a pobreza sem os programas sociais, constata-se também a redução da proporção de pobres, embora cinco pontos percentuais acima ao longo da curva. Em 2024, a diferença entre um e outro foi de 23,1% e 28,7%. O declínio ocorre em ambos os critérios a partir de 2021, o que ratifica o fato de que o crescimento a partir daí foi um grande antídoto contra a pobreza, embora bem menos potente contra a extrema pobreza. A maior redução entre 2023 e 2024 na pobreza foi no Nordeste, região que concentra o mais sólido apoio eleitoral ao presidente Lula: caiu de 47,2% para 39,4%.

O IBGE comparou as estatísticas de pobreza e desigualdade de rendimentos com as dos 40 países da OCDE, que agrupa os mais ricos do mundo. O Brasil foi o que registrou a maior proporção de trabalhadores pobres entre eles (16,7%), seguindo outro critério de medição dos rendimentos. No país, 20% das pessoas com maior renda ganhavam 11 vezes mais que as 20% de menor renda em 2022. O país apresentou a segunda maior desigualdade entre as nações da OCDE, atrás apenas da Costa Rica (12,3 vezes) e superando Chile (10,1 vezes) e México (7,8 vezes).

Ter um trabalho não significa, como se poderia imaginar, o abandono da pobreza. Dos assalariados brasileiros, 12 milhões de pessoas (ou 11,9% do total) tinham rendimento per capita médio que as classificava como pobres, mesmo os que possuíam carteira assinada (6,7%). A pobreza foi mais acentuada (29,3%) entre os trabalhadores na agropecuária, o que contrasta com a pujança e a evolução tecnológica do setor. A pobreza foi a mais baixa entre os que trabalham para os governos, saúde e serviços sociais (4,6%).

Os números do IBGE não contam toda a história, e a pior parte vem do Mapa da Desigualdade de 2025, em que as estatísticas incluem a riqueza, que engloba todas as rendas (financeiras, patrimônio herdado etc) e não apenas salários. Pelo levantamento, o Brasil não só é um dos países mais desiguais do mundo, o que já se sabia, como essa desigualdade cresceu entre 2014-2024. No caso da renda, os 10% no topo da pirâmide ganham o equivalente a 59% da renda nacional, enquanto os 50% da base da pirâmide, apenas 9%. A concentração da riqueza consegue ser ainda maior. Os 10% mais ricos detêm 70% e o 1% mais rico, um terço do total. A diferença da renda recebida pelos 10% no topo e os 50% na base aumentou no período de 53 vezes para 63 vezes.

O aumento da concentração não é um fenômeno brasileiro, mas global. Os 10% mais ricos abarcam

75% de toda a riqueza mundial e apenas 56 mil pessoas, os super-ricos, têm mais recursos que metade da humanidade. As políticas sociais são peças básicas para ajudar a reverter essa situação, mas precisam ser complementadas por outras que impulsionem o crescimento contínuo, não os voos de galinha frequentes no Brasil, e o aumento da produtividade, estagnada há quase 4 décadas no país. Para romper a cadeia é vital igualar as oportunidades, recomenda o documento, que conclui que "os mais poderosos equalizadores de oportunidades são a educação e a saúde". Essa é uma orientação que deveria ser seguida à risca por todos os governantes brasileiros, independentemente de suas ideologias.

Site: https://valor.globo.com/virador#/edition/188445

Copom colhe frutos após manter comunicação dura

Victor Rezende De São Paulo

Com poucas mudanças no texto, o mercado notou a manutenção de um tom conservador pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) na semana passada, o que reforçou a percepção de comprometimento com a meta de **inflação** pela autarquia. O resultado foi uma flexibilização das condições financeiras, com queda firme das taxas de médio e de longo prazo na quinta e na sexta-feira, em um sinal de sucesso para a autoridade monetária. Afinal, a queima de prêmios no mercado de juros propiciou, também, um recuo das expectativas de **inflação**.

A ausência de alterações mais significativas no **comunicado** da decisão foi quantificada pelo economista Bruno Imaizumi, da 4Intelligence, ao elaborar o índice de similaridade dos comunicados do Copom. Nos cálculos do profissional, a decisão da semana passada apresentou o maior valor de similaridade em relação à decisão anterior. "Isso indica que o **comunicado** praticamente não mudou em relação ao anterior", nota.

E, na reunião do Copom realizada no fim de outubro, já havia uma percepção dominante no mercado de que a comunicação havia sido "hawkish" (conservadora), sem abrir espaço para uma flexibilização iminente da política monetária. Esse sentimento se repetiu na decisão da semana passada. Em pesquisa da XP com 53 investidores institucionais realizada logo após a reunião, 49% viram o **comunicado** como "hawkish" e 38%, como neutro.

"Parte relevante do mercado acompanhava de perto se o Copom alteraria ou atenuaria termos como "bastante" [prolongado] e "vigilante" na descrição do seu balanço de riscos, o que poderia sinalizar cortes já na primeira reunião de 2026. Como esses trechos foram mantidos e os documentos permaneceram praticamente intactos (96,6% de similaridade, de acordo com o indicador de similaridade), a leitura predominante passou a ser de manutenção da Selic por mais tempo, deslocando a expectativa majoritária de início dos cortes apenas para março de 2026", nota Imaizumi.

O cenário básico da 4Intelligence, inclusive, contempla a reunião de março como o pontapé inicial para o processo de flexibilização da política monetária no Brasil.

Embora tenha sido surpreendido no lado "hawkish" na comunicação do Copom, o mercado viu com bons olhos a adoção de uma postura mais conservadora e, ao ver um comprometimento ainda mais firme da autarquia com a meta de **inflação**, voltou a retirar prêmios de risco das curvas de juros e de **inflação**. Como resultado, houve uma queda relevante não só das taxas de juros prefixadas, mas também da **inflação** "implícita" (extraída das NTN-Bs, títulos públicos indexados ao IPCA).

Ao longo da semana, a **inflação** "implícita" extraída da NTN-B para maio de 2027 passou de 4,52% para 4,38%; a da NTN-B para agosto de 2028 recuou de 4,68% para 4,51%; e houve recuo, ainda que tímido, até nas taxas ultralongas: a **inflação** embutida na NTN-B para agosto de 2050 caiu de 6,02% para 5,94%.

No encerramento de sexta-feira, o mercado de opções mostrava o mercado dividido: com 49% de chance de manutenção da Selic em 15% em janeiro; 39% de possibilidade

de corte de 0,25 ponto; e 10,5% de probabilidade de uma redução mais agressiva, de 0,5 ponto.

Na esteira da decisão da semana passada do Copom, o economista-chefe da Vivest, André Loes, diz esperar uma redução somente em março. Para ele, o plano de voo estabelecido pelo BC está "funcionando a contento", com uma desaceleração gradual da atividade, **inflação** corrente em convergência e expectativas de **inflação** que começam a se mover em direção à meta, ainda que lentamente.

"Se é verdade que o desemprego segue perto de sua mínima histórica, a forte restrição monetária já levou a um menor ritmo de crescimento

da renda real e expansão mais modesta do crédito. Em princípio, estaríamos na direção, em 2026, do que os economistas costumam chamar de "pouso suave" do aperto monetário", afirma Loes.

Para a Vivest, a Selic deve ter espaço para cair até 12,5%. "Dado o nível corrente muito alto dos juros -

em 15% -, um corte de 2,5 pontos parece tímido. No entanto, a combinação de estímulos fiscais e creditícios contratada para o ano eleitoral caminha na direção oposta do aperto monetário, trabalhando no sentido de expansão da demanda agregada, obrigando o BC a afrouxar cautelosamente a política monetária", enfatiza o economista.

Site: https://valor.globo.com/impresso

Será que o uso industrial fez o metal se tornar o novo ouro?

Gillian Tett Financial Times

Há alguns meses, o Ministério das Finanças da Alemanha cancelou o lançamento, há muito planejado, de uma moeda comemorativa de prata dos "Três Reis Magos" para o Natal, e de uma segunda moeda de prata (menos festiva) em homenagem aos monotrilhos.

O motivo? Os preços da prata dispararam em outubro, atingindo US$ 53 por onça, um nível em que "o valor material das moedas de prata alemãs de 20 e 25 excede atualmente seus respectivos valores nominais", como explicou o Ministério das Finanças. Em outras palavras: emitir essas moedas deixou de fazer sentido econômico.

E desde então, os preços da prata continuaram a disparar. Na quarta-feira da semana passada, a prata atingiu US$ 63,86 por onça - quase o dobro do valor de um ano atrás - depois que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) reduziu os juros em 0,25 ponto. Isso supera a alta de quase 60% nos preços do ouro neste ano - mesmo que seja o ouro que tenha monopolizado a atenção. A alta do preço da prata tem sido tão "parabólica", para usar o jargão do mercado, que uma valorização como essa só foi vista duas vezes antes na história recente: no final da década de 1970 (em meio a um choque de petróleo e **inflação**) e em 2008 (na crise financeira global).

E o que é notável desta vez é que a alta nos preços da prata não ocorreu em paralelo a um colapso do mercado de ações ou de dívida; ou ainda não. Na melhor das hipóteses, isso torna o padrão incomum - e, na pior, potencialmente preocupante.

O que explica isso? A resposta reside numa mistura de medo e ganância, juntamente com níveis crescentes de financeirização. Começando pela ganância: no último ano, a procura industrial por prata aumentou de forma constante, particularmente em setores como o de veículos elétricos e o de chips de computador. Se a história serve de guia, isso acabará por levar a uma expansão da oferta (ou seja, mais mineração).

Mas como isso não pode ser implementado rapidamente, a oferta e a procura estão hoje desequilibradas. Este desequilíbrio tornou-se ainda mais intenso porque a Casa Branca designou recentemente a prata como uma commodity estratégica, o que gerou receios de tarifas. Assim, houve acumulação de reservas nos EUA. Isso, por sua vez, exacerbou a escassez em outros locais, criando diferenças de preços peculiares entre Londres e Nova York. E - como seria de esperar - há rumores de que financistas experientes têm explorado esta discrepância.

Se for esse o caso, trata-se de um pálido eco da distorção especulativa - ou seja, distorções de preços causadas por financistas agressivos tentando realizar lucros - que eclodiu em 1980, quando uma dupla de irmãos negociadores conhecida como os irmãos Hunt desencadeou uma (in)fame pressão nos mercados de prata.

Há também um terceiro fator por trás da alta dos preços da prata: a mania do varejo está crescendo, como observou o Banco de Compensações Internacionais (BIS). Principalmente, um sentimento de "FOMO" - ou medo de ficar de fora - está levando os investidores a apostar em setores ligados à inteligência artificial (IA), juntamente com ouro ou criptomoedas. E, como os preços desses ativos dispararam, alguns investidores agora parecem estar se voltando também para a prata, principalmente porque percebem que a prata tem usos no mundo real - ao contrário de muitos outros ativos especulativos. Isso a tornou duplamente atraente. A prata, por assim dizer, é o novo ouro.

E então há o medo. Com o Fed tendo cortado os juros três vezes este ano, mesmo com a **inflação** acima da meta de 2%, cresce a preocupação com a "dominância fiscal" - a possibilidade de governos forçarem os bancos centrais a cortar as taxas para facilitar o pagamento de suas dívidas cada vez maiores.

"Tudo isso é inflacionário", alertou Steven Blitz, economista-chefe para os EUA da TD Lombard, em e-mail para clientes, observando que, além dos cortes nas taxas, o Fed também prometeu retomar as compras de títulos do Tesouro. Isso elevou os rendimentos dos títulos de longo prazo nos EUA - e em outros lugares - em 2025, mesmo com a queda das taxas de curto prazo. "Esse padrão de aumento dos juros de longo prazo é muito incomum quando analisamos a reação histórica durante os ciclos de

cortes do Fed", observa Torsten Sløk, economista-chefe da Apollo.

Isso também está levando alguns investidores a adotarem o ouro como uma "operação de desvalorização", isto é, uma proteção contra o risco de que a **inflação** ou mesmo o calote corroam o valor das moedas fiduciárias. Alguns, como o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, argumentam que essas preocupações são um absurdo. Ele publicou uma postagem bem-humorada nas redes sociais com o personagem de desenho animado Franklin, a Tartaruga, incentivando os poupadores americanos a comprarem mais títulos do Tesouro justamente porque ele acredita que eles são uma reserva de valor confiável.

E, como historiadores financeiros poderiam observar, certamente não há garantia de que a prata - ou o ouro - seja um ativo mais confiável. Pelo contrário, os preços da prata têm sido tão voláteis no passado, devido à baixa liquidez do mercado, que os investidores brincam dizendo que o metal precioso é o "assassino de viúvas", porque pode causar grandes prejuízos. Os irmãos Hunt são um exemplo disso: após a dramática alta de preços de 1980, os preços despencaram - levando-os à falência.

Isso poderia acontecer novamente. Mas, neste momento, o medo e a ganância seguem generalizados - e estão sendo intensificados pela incerteza sobre o que o presidente Donald Trump pode fazer com o Fed ou com as tarifas. Nesse sentido, a moeda de Natal abortada é um sinal poderoso dos nossos tempos, em que a exuberância e a inquietação estão agora entrelaçadas nos mercados - embora não seja exatamente a "comemoração" que o Ministério das Finanças alemão desejava.

Site: https://valor.globo.com/impresso